



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 673, DE 25 DE JULHO DE 2016.

Remove, a pedido singular, a partir de 1º de agosto de 2016, o Promotor de Justiça **ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES** da 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Distrito Federal para a 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Distrito Federal

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 75/93 e,

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução n.º 217, de 30 de maio de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 78 da Resolução n.º 205, de 25 de setembro de 2015, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que dispõe que a lotação decorrente dos resultados dos Avisos de Remoção será efetivada a partir do dia 1º de agosto, para os avisos publicados entre fevereiro e julho;

**CONSIDERANDO** o resultado do Aviso de Remoção Global de Promotoria n.º 01, de 15 de junho de 2016 (PA n.º 08191.071354/2016-16),

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Remover, a pedido singular, a partir de 1º de agosto de 2016, o Promotor de Justiça **ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES**, da 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Distrito Federal para a 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Distrito Federal.

**Art. 2º** O Promotor de Justiça ficará responsável pelos feitos judiciais recebidos e extrajudiciais conclusos:

I - no ofício de origem, até o penúltimo dia útil que anteceder a efetivação da remoção;

II - no ofício de destino no último dia útil que anteceder a efetivação da remoção.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**LEONARDO ROSCOE BESSA**

G:\Portari\PORTARIAS 2016\Remoção referente ao Aviso de Remoção de Promotoria n.º 01-2016-Alexandre Fernandes.doc

Publicada em 25/07/2016  
Esta cópia confere com o original

SECSAU/CGAB/CGJUL/2016 19730 3015866